

# A INFLUÊNCIA FAMILIAR NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SURDEZ

Tatiana Cristina REZENDE<sup>1</sup>  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Rosângela Aparecida Araújo FERREIRA<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo apresenta reflexões em torno da influência familiar na aprendizagem da criança com surdez. Frente a isto, a pesquisa parte primeiramente da abordagem do contexto geral da surdez, enfatizando a identidade surda, a fim de melhor compreender como as crianças com necessidades educativas especiais foram tratadas ao longo do tempo e como esse processo vem acontecendo atualmente. Nessa perspectiva de entendimento, o estudo busca também informações sobre a inclusão e o papel da família e da escola nesse processo, priorizando como ocorre o ensino-aprendizagem dos alunos surdos, dando ênfase ao papel do educador nesse processo, o qual deve buscar técnicas e métodos facilitadores para tornar essa aprendizagem satisfatória, além de unir seus esforços à família, favorecendo a superação das dificuldades dos alunos e promovendo a integração desses alunos no ensino regular. Para isso, busca um embasamento teórico em diversas literaturas alusivas ao tema em questão, permitindo uma visão mais ampla sobre o assunto.

## PALAVRAS-CHAVE

*Influência; Família; Escola; Aprendizagem; Surdez; Inclusão.*

### 1. Introdução

São várias as tentativas de colocar os surdos como parte integrante da sociedade no seu mais amplo sentido, seja na comunidade, como na educação, no ensino regular, na universidade, dentre outros, com o objetivo de torná-los úteis e fazendo parte da sociedade em que vivem. A necessidade de incluir vem acompanhada das dificuldades que existem quanto ao apoio familiar e em se conseguir formação adequada aos educadores quando se fala em educação regular, atendimento público para surdos e aceitação de questões relacionadas à como serem capazes de ser e de conviver com qualquer outro cidadão.

Deste modo, a família pode influenciar na aprendizagem da criança com surdez, facilitando sua aprendizagem? Para responder a esta questão a presente pesquisa busca por meio de uma abordagem histórica da inclusão de alunos surdos, compreender como esse

---

<sup>1</sup> REZENDE, Tatiana. Pós-graduanda em Libras - Departamento de Pós-Graduação - FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré - 18700-902 - Avaré-SP - Brasil - e-mail: robinhomarcelino@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Especialista em Língua Brasileira de Sinais - Docente - FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré - 18700-902 - Avaré-SP - Brasil - roaferreira@hotmail.com

processo tem acontecido durante a história, e se, esses alunos têm sido respeitados em seus direitos, tendo acesso e permanência na escola. Com tantas dificuldades de aceitação das pessoas com deficiência auditiva, imagina-se a aceitação desses alunos em sala de aula em relação à questão de aprendizagem.

Este estudo parte da justificativa de que aluno com surdez em muitos casos está incluído na sala de aula, mas sem adquirir seu conhecimento como os demais alunos, sendo que muitas vezes a família e o educador de certa forma participam desse processo de exclusão, visto que não unem esforços em prol da educação desses alunos, e em muitos casos os educadores também não estão preparados para isso, não utilizando estratégias e recursos adequados para o ensino-aprendizagem desses alunos.

Essas são questões que os educadores devem estar sempre buscando respostas para melhor intervir no processo aprendizagem desses alunos, pois muitas vezes o aluno surdo se sente desmotivado e acaba desistindo de seus estudos.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo geral refletir sobre a influência familiar na aprendizagem da criança com surdez. E tem como objetivos específicos conhecer o contexto geral da surdez, priorizando a identidade surda e estudar aspectos voltados à inclusão e o papel da família e da escola, dando ênfase a como ocorre o ensino-aprendizagem dos alunos surdos.

O presente estudo parte de uma pesquisa bibliográfica, analisando informações encontradas em livros e artigos científicos, com o intuito de melhor compreender a influência familiar na aprendizagem da criança com surdez.

## 2. Contexto geral da surdez

Antes de adentrar a questão do contexto geral da surdez é necessário compreender o seu conceito, o qual Albres (2009, p. 01) compreende como “a incapacidade parcial ou total de audição. Pode ser de nascença ou causada posteriormente por doenças”.

Segundo a autora, a surdez pode ser também adquirida pelo indivíduo, podendo ser de diversos tipos, sendo que uma forma de classificar o grau de comprometimento auditivo é por meio de um exame chamado de audiometria, o qual mede a intensidade e a frequência em Hz.

No resultado da audiometria, conforme Albres (2009), o indivíduo pode ser classificado como:

- **Audição normal:** a pessoa tem facilidade para ouvir os sons ao seu redor, como o tic-tac do despertador, por exemplo, ou seja, ouve bem, sendo que o som é de 0 a 20 decibéis.

- **Perda leve:** a pessoa sente dificuldade quando está conversando com alguém, principalmente se algum ruído está sendo emitido por perto, sendo que o som é de 20 a 40 decibéis.

- **Perda moderada:** a pessoa não consegue ouvir o tic-tac do despertador, escutando apenas um sussurro. Também possui dificuldades ao falar no telefone, sendo que o som é de 40 a 60 decibéis.

- **Perda severa:** a pessoa tem dificuldade para ouvir, pois para ouvir a mesma precisa de um som tão alto quanto o barulho de uma impressora rotativa, sendo que o som é de 60 a 80 decibéis.

- **Perda profunda:** a pessoa não consegue ouvir quase nada, somente ruídos (vibrações) como o do avião, revólver e tiro de canhão, sendo que o som é acima de 90 decibéis.

Para Skliar (1998, p.11) “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”.

Para o autor, a surdez é uma dificuldade do indivíduo, contudo uma dificuldade que permite a percepção de novas possibilidades, como a visual, por exemplo, visto que o sujeito surdo tem esse sentido bem mais aguçado. A importância de esse sujeito ser visto como um agente de transformação, bem como um todo no meio social é muito importante no contexto da inclusão.

De acordo com Linden (2001, p. 01):

A surdez é um defeito invisível. Costuma-se não perceber a importância da audição em nossas vidas, a não ser quando começa a faltar a nós próprios. A audição é o sentido que mais nos coloca dentro do mundo e a comunicação humana é um bem de valor inestimável.

Muitas vezes é difícil de detectar a surdez, principalmente em crianças muito pequenas, já que as mesmas ainda não se comunicam verbalmente. No decorrer do desenvolvimento das crianças, logo vai se tornando possível perceber se as mesmas possuem algum tipo de deficiência ou não.

Segundo Luiz; Frighetto; Santos (2013, p. 01) “surdez é o nome mais comum dado à impossibilidade ou dificuldade de ouvir”. Nesse sentido, a designação surdez não é dada apenas aquela pessoa que não ouve nada, mas também aquelas pessoas que possuem certa dificuldade de ouvir, o que de certa forma prejudica também a sua comunicação, tornando-a

difícil, pois enfrenta inúmeras dificuldades para expressar seus desejos e necessidades em sua vida cotidiana.

Linden (2001) salienta que nosso ouvido é dividido em três partes: ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno. O primeiro é formado pelo pavilhão auricular e pelo canal auditivo com a membrana timpânica no fundo do canal. No segundo estão os três ossículos (martelo, bigorna, estribo) e a abertura da tuba auditiva. E no terceiro, o qual também é conhecido por labirinto, é formado pelo aparelho vestibular (equilíbrio) e cóclea (audição).

A pessoa surda possui uma diminuição da audição, produzindo uma redução na percepção dos sons, o que dificulta o processo de compreensão das palavras, aumentando a dificuldade com o grau dessa surdez, a qual pode ser tanto leve, como moderada, severa ou profunda (LINDEN, 2001).

Na escola é muito difícil o educador saber o grau de surdez do aluno, necessitando que o mesmo seja encaminhado para um teste de audição, conhecido como audiometria, o qual poderá revelar o grau da deficiência.

Luiz; Frighetto; Santos (2013, p. 01) alerta ao fato de que:

A surdez pode acontecer antes, durante ou depois do nascimento da criança. Alguns casos podem ser evitados desde que se tomem alguns cuidados. A mulher na fase da juventude deve vacinar-se contra a rubéola. É importante a realização de exames pré-nupciais, que detectam doenças (sífilis, herpes genital, toxoplasmose, etc.) que podem provocar a surdez no bebê.

Esses cuidados podem prevenir que a criança nasça com surdez, e, quando detectada a surdez na criança existe a necessidade de maior auxílio para o desenvolvimento de suas atividades escolares, sendo que quando não detectada a surdez, a criança pode ter sérios prejuízos escolares, o que afetará de forma negativa no seu processo de escolarização.

Quanto ao grau de surdez, existem alguns sinais que auxiliam o adulto a detectá-la, como destaca Linden (2001, p. 01):

Nos casos de perda auditiva de grau leve as pessoas podem não se dar conta que ouvem menos; somente um teste de audição (audiometria) vai revelar a deficiência. Quando a perda auditiva passa a ser moderada para severa, os sons podem ficar distorcidos e na conversação as palavras se tornam abafadas e mais difíceis para entender, particularmente quando têm várias pessoas conversando em locais com ruído ambiental ou salas onde existe eco. O som da campainha e do telefone tornam-se difíceis para serem ouvidos; o deficiente auditivo pede a todo momento que falem mais alto ou que repitam as palavras.

Com isso, enfatizar a importância do teste de audiometria se faz muito importante, pois principalmente nos casos de perda auditiva de grau leve, fica difícil de se perceber, devendo partir para uma avaliação mais aprofundada, realizada por profissionais

especializados. Outro fator importante é quando a pessoa sempre pede para a outra falar mais alto ou mesmo quase nunca compreende o que a outra pessoa diz, ou ainda nem mesmo escuta.

Linden (2001) ainda relata a importância da observação constante das crianças recém-nascidas, pois quando estas não se assustam com barulhos altos é porque as mesmas apresentam índices de surdez que pode ser tanto severa como profunda. Quando não detectado a tempo, pode prejudicar o desenvolvimento de sua linguagem e até mesmo comprometer seu rendimento escolar se não detectado antes de sua chegada à idade escolar; pois se não ouvem direito, terão menos possibilidades de aprender tudo aquilo que lhe será ensinado.

De acordo com Nogueira; Silva (2008, p. 70):

Para se falar em surdez, é de suma importância compreender o sentido da palavra audição. De acordo com Santos, Lima e Rossi (2003), a audição é a via pela qual é possível o indivíduo entrar em contato com o “mundo sonoro” e com as “estruturas da língua”, que possibilitarão sua aquisição da linguagem oral, principal meio de comunicação do homem, e da leitura e escrita.

Compreende-se então que se a audição é a via pela qual o indivíduo entra em contato com o mundo sonoro, bem como com as estruturas da língua as quais favorecem o desenvolvimento de sua linguagem oral, sendo que sem a audição a criança não consegue se comunicar direito, o que conseqüentemente compromete o desenvolvimento da leitura e da escrita na escola.

Segundo os mesmos autores, baseado nas ideias de Santos; Lima; Possi (2003), a surdez, por sua vez, refere-se a um comprometimento sensorial não visível, sendo que acarreta dificuldades no que diz respeito a detecção e percepção dos sons, resultando dessa forma em problemas tanto de ordem cognitiva, como social e linguística.

Para Baker; Cokely (1982 apud ROSSI, 2000, p. 09):

[...] o conceito médico que quantifica a perda auditiva considerando o indivíduo com falta de audição um “deficiente” e por outro, uma visão sociológica, considerando o indivíduo surdo como “diferente” do ouvinte, pois possuem uma língua e uma cultura própria.

O que se percebe é que são inúmeras as formas de se denominar a surdez, sendo alguns de forma equivocada, considerando o surdo um sujeito incapaz, o que não é verdade, pois o mesmo possui inteligência, sendo capaz de realizar diferentes atividades, assim como o sujeito dito normal.

Apesar de não terem essa capacidade auditiva, possui uma grande capacidade visual, tendo essa percepção bastante apurada, o que indica que o educador deve aproveitar essa capacidade no momento da alfabetização e letramento.

É importante conhecer os tipos de surdez, o que Linden (2001) explica que a perda auditiva pode ser tanto de condução como de percepção. A primeira diz respeito à existência de um bloqueio no mecanismo que transmite o som, que vai desde o canal auditivo externo até o limite com o ouvido interno. As causas mais importantes de surdez de condução são:

- A obstrução que ocorre por acumulação de cera ou por objetos que possam ser introduzidos no ouvido;

- Perfuração ou mesmo algum tipo outro dano que possa ser causado ao tímpano;

- Ocorrência de infecção no ouvido médio;

- Ocorrência de infecção, lesão e/ou ainda fixação dos ossículos dentro do ouvido médio.

A segunda, também conhecida como surdez neurosensorial, que é uma lesão que ocorre nas células sensoriais e nervosas, ocorre devido a um problema no mecanismo de percepção do som que vai desde o ouvido interno (cóclea) até o cérebro. As causas mais importantes de surdez de percepção são:

- O ruído intenso, o qual pode ocorrer após uma simples exposição ao ruído ou a exposição muito prolongada, ou seja, durante anos, geralmente ocasionados por máquinas industriais, armas de fogo, motocicletas, máquinas de cortar grama, música em volume muito alto, estouro de foguetes, dentre outros.

- Infecções provocadas por bactérias, como a rubéola, a caxumba e a meningite;

- Lesões nas estruturas neurosensoriais ocasionadas pela utilização de medicamentos, especialmente alguns antibióticos;

- Ocorrência de infecção, lesão ou mesmo fixação dos ossículos dentro do ouvido médio;

- A questão da idade, em que ocorre a perda auditiva gradual, conhecida como presbiacusia, ocorrendo nos idosos, os quais são mais vulneráveis a doenças e/ou distúrbios metabólicos, como a diabetes;

- A surdez congênita, em que a causa é hereditária ou embrionária (intrauterina), sendo que as causas que ocorrem com maior frequência é quando a mãe é infectada por rubéola, sífilis, toxoplasmose, herpes, alguns tipos de vírus ou pela utilização de medicamentos por gestantes;

- Doença de Menière, tendo como sintoma a vertigem e um zumbido no ouvido, ocorrendo variações de pressão no líquido do mesmo, ocasionando a perda gradativa da audição;

- Tumores como o neurinoma, colesteatoma, hemangioma, glomus e carcinoma, os quais podem ser tanto benignos como malignos, atingindo o ouvido interno ou mesmo a área entre o ouvido interno e o cérebro, causando a surdez;

Linden (2001) ainda frisa que a surdez pode ocorrer de forma mista quando existem problemas que atingem ambos os mecanismos e o diagnóstico da causa da mesma deve ser realizado por meio tanto da história do paciente, como também do exame do ouvido e de testes com diapasões, os quais determinem que tipo de surdez (condução ou percepção) o indivíduo possui. Lembrando que em muitos casos pode ser necessária a realização de exames com equipamento especiais a fim de avaliar a audição, sendo a audiometria considerada o mais importante deles.

## **2.1. Identidade surda**

A educação de pessoas surdas passou por muitas mudanças e transformações ao longo da história, visto que essas mudanças e transformações retratam uma história de muita luta pelo direito à educação e pela igualdade de oportunidades.

Souza; Macêdo (2002, p. 12) relatam que:

A educação de pessoas surdas, por muitos anos, desenvolveu-se de forma preconceituosa. Houve um padrão consistente de evolução em que podemos dizer, que o que prevaleceu foi a desigualdade social. As pessoas deficientes eram destacadas por possuírem características divergentes daquelas instituídas pela sociedade. Por exemplo, utilizavam termos, como “excepcional” como se explicasse a diferença existente de um indivíduo para o outro.

Isso revela a grande exclusão existente naquela época, em que as crianças eram rotuladas como deficientes, o que muitas vezes ainda acontece nos dias atuais, e precisa ser revertido. Contudo, percebe-se que foram muitos os avanços com relação à educação dessas crianças, o que é percebido por meio da inclusão dessas pessoas no ensino regular.

Conforme Souza; Macêdo (2002, p. 13) “muitas mudanças foram alcançadas, novos conceitos surgiram e, a partir de um novo contexto, iniciam-se pesquisas e estudos sobre desenvolvimento do deficiente auditivo”.

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, artigo 208, inciso III diz que “é dever do Estado com a educação à garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino”.

Nesse sentido, é dada ênfase à inclusão do portador de deficiência no ensino regular, isso para que todos independentemente de sua dificuldade, tenham seu direito à educação respeitados.

Então, surge a necessidade de compreender o que vem a ser deficiência, o qual Medeiros; Diniz (2007) compreendem como uma situação de incapacidade do indivíduo com relação a algumas habilidades, em que apresenta maior necessidade que uma pessoa dita ‘normal’ para exercê-las.

Segundo os mesmos autores, o indivíduo portador de necessidades especiais eram considerados aqueles indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência, tanto física, como mental, sendo que deveriam frequentar centros especializados. Com o advento da inclusão, esse termo foi revisto, sendo que muitas pessoas que apresentavam dificuldades geralmente as mesmas eram educacionais, o que não a impossibilitava de frequentar o ensino regular. Daí o surgimento do termo necessidades educacionais especiais.

Souza; Macêdo (2002) priorizam a questão do surgimento da Declaração de Salamanca, em 1994, bem como de diretrizes políticas para a Educação Especial, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, as quais passaram a subsidiar a educação de crianças com necessidades especiais.

Com o intuito de estabelecer um atendimento adequado às crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular de ensino, as escolas precisam promover adaptações em seu ambiente a fim de prover às pessoas com necessidades especiais um atendimento adequado às suas necessidades básicas, favorecendo a igualdade de oportunidade para todos.

A este ver, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, em seu art. 2º estabelece que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2010, p. 08).

A partir dessas considerações, percebe-se que todas as pessoas, independente de sua classe social, ou mesmo condição física ou diferenças individuais, possui o direito de aprender, que se constitui o ponto de partida para um ensino cidadão. Assim, é preciso

garantir às pessoas com necessidades educacionais especiais a igualdade de oportunidades, em que as mesmas possam aprender, de acordo com suas necessidades e possibilidades.

Com relação aos alunos surdos, durante muito tempo os mesmos foram marginalizados, isso devido sua própria condição, sendo muitas vezes segregados, sendo que isso em grande parte ocorreu pela falta de um entendimento adequado sobre o assunto, o qual promoveu a exclusão dos mesmos do sistema regular de ensino, sendo focalizado a partir de uma diversidade de argumentações.

Essa falta de entendimento dos profissionais sobre a surdez na realidade é originária do próprio conceito de surdez, como supramencionado, visto que assim como muitos conceitos, sofreu e ainda sofre muitas modificações na sociedade, necessitando de um maior estudo e esclarecimento sobre o assunto, para assim se aprender a trabalhar com esses alunos em sala de aula.

Frente a isto, vale considerar o conceito de surdez na história, o qual é designado por Behares (2000, p. 01) como:

Historicamente se sabe que a tradição médico-terapêutica influenciou a definição de surdez a partir do déficit auditivo e da classificação da surdez (leve, profunda, congênita, pré-linguística, etc.), mas deixou de incluir a experiência da surdez e considerar os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa surda se desenvolve; é justamente destes aspectos, dentre outros, que os Estudos Surdos passam a se ocupar.

Nesse contexto, percebe-se que a surdez é designada como referência às pessoas que não escutam, sendo estas consideradas como pessoas as quais possuem uma perda que pode ser tanto maior como menor, na percepção normal dos sons. Essa perda auditiva pode sofrer variações, de leve a profunda, isto é, estas pessoas podem ouvir com dificuldades ou mesmo nem ouvir nenhum tipo de som, indicando a possibilidade da utilização de técnicas e estratégias diferenciadas para o desenvolvimento do trabalho com as mesmas.

É importante, pois, compreender o conceito de surdez, o qual Sá (2006, p. 02) compreende como:

Quanto ao termo 'surdo', podemos dizer que é o termo com o qual as pessoas que não ouvem referem-se a si mesmos e a seus pares. Podemos definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem.

No tocante a estas informações, percebe-se que os próprios surdos *definem* o termo 'surdo' para designar a sua dificuldade, referindo dessa forma a si mesmo como também a

outras pessoas com a mesma dificuldade. Isso revela a necessidade de uma nova forma de rever essa questão, compreendendo a surdez não como uma deficiência, mas como uma dificuldade que pode ser amenizada a partir de técnicas e métodos facilitadores.

O surdo não deve ser considerado como diferente apenas porque não ouve, mas sim, porque desenvolve potencialidades psicoculturais diferentes das pessoas ouvintes (SÁ, 2006).

É nessa perspectiva que os Estudos Surdos passam a se preocupar com estas questões, desenvolvendo uma preocupação voltada com o desenvolvimento e aprendizagem dessas pessoas, compreendendo a surdez como um traço cultural, e não como uma deficiência.

De acordo com Skliar (1998, p. 05 apud SÁ, 2006, p. 01):

Os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir do reconhecimento político.

Dessa forma, nota-se que os Estudos Surdos constituem-se em uma forma de amenizar as dificuldades das pessoas surdas no sistema de ensino, considerando essas pessoas capazes de aprender, assim como qualquer outra pessoa, enfatizando as questões das culturas, das práticas discursivas com relação à Educação Especial, bem como das diferenças e das lutas por poderes e saberes, reconhecendo a surdez a partir da cultura.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB, Lei nº 9394/96, em seu artigo 59º, capítulo III, no que se refere à Educação Especial, estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 2010, p. 44).

Porém, se sabe que a realidade vivida em sala de aula é diferente da apregoada pelo Governo, o que reflete em muitas dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Além da falta de preparação do educador, os alunos com necessidades educacionais especiais muitas vezes se sentem excluídos, pois suas dificuldades não são trabalhadas como deveriam, ocasionando muitas lacunas e dificuldades durante o processo de ensinar e aprender.

A este respeito, Faria (1993, p. 93) aponta que:

[...] os receios, os medos, as superstições, as frustrações, as exclusões, as separações rígidas devem fazer parte do passado [...]. Os seres humanos independentemente das suas condições e potenciais têm direito às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização psicossociais.

O educador da rede regular de ensino, assim como o educador da Educação Especial, precisa de certa forma de uma especialização adequada para saber como trabalhar com as

crianças com necessidades educacionais especiais, pois a forma como o mesmo planeja e organiza as suas atividades em sala de aula se constitui o ponto de partida para a promoção da igualdade de oportunidades entre as crianças.

Pensando nos alunos surdos, infelizmente o que se percebe é que a realidade de sala de aula indica que é necessária uma maior preparação dos profissionais, bem como é preciso à busca de outros profissionais especializados, os quais subsidiem o atendimento às estas crianças com necessidades especiais, fazendo com que os próprios alunos com dificuldades aceitem suas diferenças e sintam vontade em aprender.

De acordo com Souza; Macêdo (2002, p. 13) “assim sendo, a inclusão do surdo só será possível quando forem observadas suas necessidades especiais e que se estabeleça uma metodologia específica que garanta sua relação, comunicação e o desenvolvimento de seus valores sociais”.

Nessa perspectiva, de nada adianta existirem leis e políticas para a Educação Especial se os profissionais da educação de fato não estiverem comprometidos em sua tarefa de ensinar, colocando-as em prática, fazendo com que os alunos surdos sejam de fato incluídos no ensino regular, tendo igualdade de direitos e oportunidades, o que pode ser propiciado a partir de metodologias específicas para o ensino-aprendizagem.

## **2.2. A inclusão e o papel da família e da escola**

As crianças surdas sempre enfrentaram muitas dificuldades no processo de inclusão, o que se dá ao fato de sua forma de comunicação diferenciada, o que faz com que os mesmos não tenham condições adequadas de aprendizado na escola, visto que o educador não tem a preparação profissional necessária para que isso aconteça.

Souza; Macêdo (2002, p. 09) reforçam essa ideia quando relatam que “do ponto de vista social, as dificuldades se dão em função do despreparo dos educadores atuantes em classes de ensino regular”.

Com o contexto da inclusão, os alunos com necessidades educativas especiais devem frequentar o ensino regular, a fim de ter respeitado o seu direito à educação, tendo as mesmas oportunidades de ensino-aprendizagem que qualquer outra criança dita normal.

Várias são as dificuldades ou problemas que entravam o processo que tenta facilitar a inclusão dos deficientes auditivos do ponto de vista social. Neste ponto, destacam-se como variáveis a falta de comunicação oral, que prejudica sensivelmente o aprendizado, como também a aplicação de metodologias não contextualizadas com a

realidade sócio-cultural do aluno. Não se pode desprezar a falta de preparo da maioria dos educadores que atuam nessa área (SOUZA; MACÊDO, 2002, p. 09).

A escola precisa estar ciente do seu papel na educação desses alunos, buscando incluir e garantir os seus direitos, fazendo com que a inclusão de fato aconteça, bem como buscando técnicas e métodos que facilitem esse processo.

Infelizmente ainda existem grandes narrativas acerca da surdez, o que de certa forma contribui para a formação de estereótipos sobre a mesma, o que indica a necessidade de tanto o educador como também a família do aluno surdo vencer esses estereótipos, estabelecendo relações e inserindo esse aluno na cultura (LOPES, 1998).

Acredita-se que o primeiro passo para se incluir os alunos surdos é adquirir mais conhecimentos sobre essa deficiência, sobre os graus, tipos, prevenção e tratamento sobre a surdez, assim como a união de esforços entre a família e a escola, visto que ambas possuem seus papéis no processo de inclusão do aluno surdo.

Na concepção do MEC, encontrada na apostila da Educação Inclusiva, entende-se que “é importante que a família compreenda que a comunicação com sua criança surda é fator primordial para o equilíbrio e harmonia do contexto familiar e o alicerce para o desenvolvimento global do indivíduo” (BRASIL, 2004, p. 51).

Frente a essa concepção, nota-se que a família se constitui no primeiro alicerce para o processo de inclusão da criança na escola e na sociedade de um modo geral, pois a forma como a família entende e enfrenta a deficiência da criança é o que proporciona equilíbrio ou desequilíbrio ao seu desenvolvimento global.

Segundo Motta et. al. (2003), os cuidados que a família tem com a criança surda se constituem enquanto estratégias que muito favorecem em seu desenvolvimento. Isso porque à medida que a família proporciona amor e afetividade, assim como protege e dá segurança à criança, isso traz contribuição ao seu desenvolvimento humano, favorecendo ainda seu processo de inclusão e acolhimento.

A qualidade das relações estabelecidas entre a família e a criança surda é capaz de permitir um melhor relacionamento tanto da criança consigo mesma como também um melhor convívio no meio em que se encontra inserida, favorecendo seu processo de interação e socialização.

A escola, por sua vez, possuindo um papel de fundamental importância na formação das crianças, se constitui em um espaço onde deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e ao seu desenvolvimento global, independente de suas necessidades e dificuldades (BRASIL, 2004).

Na realidade família e escola, mesmo possuindo papéis diferenciados na educação das crianças, precisam unir seus esforços, dando todas as possibilidades para que elas possam apreender os mais diversos conhecimentos, utilizando-os no exercício efetivo de sua cidadania.

### 2.3. O ensino-aprendizagem dos alunos surdos

O ensino-aprendizagem dos alunos surdos é algo que merece atenção especial, sendo que os educadores devem permitir o estabelecimento de maiores relações em sala de aula, resultando na construção de conhecimentos pelas crianças, já que esses conhecimentos são adquiridos por meio da criação dessas relações e não pela simples exposição a fatos e conceitos trabalhados de forma isolada.

Associando-se esse enfoque, percebe-se a relevância da psicologia da aprendizagem no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo a fim de desencadear uma prática pedagógica mais eficaz, isto é, permitindo que as crianças se desenvolvam de forma mais espontânea, estabelecendo relações com os objetos e com as pessoas à sua volta. Isso permite maior prazer e estímulo no decorrer da execução das atividades desenvolvidas pelo educador (SKLIAR, 1997).

Essa importância dada à psicologia da aprendizagem pode ser percebida nas ideias de Coll et. al. (1997, p. 19) quando ressaltam que:

Aprender nunca é fazer uma cópia passiva ou uma reprodução da realidade, ao contrário, aprender implica uma elaboração pessoal, uma representação única do objeto de conhecimento, implica um processo de elaboração e reelaboração dessa representação pessoal.

Deste modo, para aprender o aluno não necessita de conteúdos prontos e acabados, mas sim, de construir seu próprio conhecimento a partir da experiência em situações concretas, as quais levem o mesmo a uma maior compreensão da utilidade de tudo aquilo que aprende para sua própria vida cotidiana. Com um maior conhecimento do educador quanto à forma que os alunos aprendem é possível, pois os alunos são levados a utilizar seu pensamento para resolver diferentes situações desafiadoras.

Nessa mesma linha de entendimento, Alarcão (2003) acredita que a construção do conhecimento do aluno se dá por meio do pensamento, o qual organiza as informações adquiridas. Para que o aluno conheça, ele precisa pensar, o que a autora remete a ideia de que o importante não é a quantidade de informações levadas até os alunos, e sim, a qualidade

dessas informações, fazendo com que os mesmos possam transformar as informações recebidas em conhecimento pertinente, ou seja, em aquilo que realmente é importante para ele.

Com relação ao espaço ocupado pelo aluno no ensino-aprendizagem, Alarcão (2003) afirma que em uma sociedade em constantes mudanças e transformações em que vive em contínuo aprendizado e desenvolvimento, o aluno é visto como um ser aprendente, que estabelece interação com as oportunidades que o mundo lhe oferece, devendo dessa forma, aprender a ser aprendente ao longo de sua vida.

É preciso levar em consideração, que a criança surda também se encontra inserida nessa sociedade, necessitando de conhecimentos sobre a mesma, para assim poder compreender o mundo em que vive, estabelecendo interações no mesmo. Para isso, o educador precisa compreender como trabalhar com esses alunos (SKLIAR, 1997).

Com o propósito de complementar essa ideia, vale enfatizar que o educador nesse sentido tem o papel de mediar à construção do conhecimento do aluno surdo, fazendo com que o mesmo adquira a capacidade de observar o mundo a sua volta, bem como observar-se a si mesmo e atribuindo maior sentido aos objetos, aos acontecimentos e às relações que estabelece em seu meio.

Quando o educador trabalha de forma estimulante dá mais liberdade para o aluno aprender, sendo que este passa a depender menos do educador, adquirindo maior autodeterminação, bem como maior consciência crítica, valorizando mais suas próprias capacidades e desenvolvendo maior prazer por tudo aquilo que aprende, já que é capaz de perceber seus avanços (ALARCÃO, 2003).

O desafio do educador atual, dessa forma, é o de incentivar o aluno a construir seus conhecimentos, tornar-se mais autônomo, capaz de atuar na sociedade de forma mais independente, adquirindo também maior percepção dos fatos e acontecimentos que ocorrem a sua volta.

A este ver, Coll et. al, (1997) esclarece o fato de que à medida que o educador influencia o aprendizado do aluno, este por sua vez deve adquirir uma postura séria e competente, usufruindo disso para o desenvolvimento e a formação de atitudes e valores em seus alunos.

Os autores ainda esclarecem que ao educador cabe o papel de intervir tanto em situações que os alunos não participam como também naquelas em que participam, a fim de promover uma melhor integração entre todos, tornando o ensino-aprendizagem ainda mais significativo.

De acordo com Goffredo et. al. (1997, p. 32):

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educacionais especiais e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educacionais especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender a aprender.

Isso leva a entender que os alunos surdos precisam ser tratados como pessoas capazes de desenvolver diferentes possibilidades, assim como os alunos 'ditos normais', pois não é porque possuem dificuldade auditiva que não possam desenvolver diferentes funções. Dessa forma, cabe à escola um olhar diferenciado a esta questão, trabalhando esses alunos de forma integral.

### 3. Considerações finais

A partir de toda a bibliografia estudada foi possível perceber que o educador enquanto mediador dos conhecimentos dos alunos, quando se deparar com um aluno surdo em sala de aula, deve buscar informações sobre essa deficiência, bem como unir seus esforços à família para dessa forma desenvolver sua prática pedagógica de forma eficaz.

Com os estudos realizados por meio de uma abordagem do contexto geral da surdez e da identidade surda detectou-se que a inclusão está acontecendo, contudo, ainda precisa de muitas outras adaptações tanto no ambiente escolar como no currículo a fim de garantir maior eficácia. As crianças com necessidades educativas especiais ao serem inseridas no ensino regular têm direito a uma educação de qualidade que estimule seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Assim sendo, foi possível refletir sobre como desenvolver o trabalho com as diferenças (inclusão) dentro de uma escola regular, fazendo com que todos sejam aceitos, concluindo que para que a inclusão aconteça de fato é necessário não apenas integrar os alunos com necessidades educativas especiais, mas principalmente, compreender suas limitações e necessidades, buscando a união entre família e escola, bem como utilizando metodologias diferenciadas e estabelecendo uma relação de amizade com a família, proporcionando confiança e demonstrando seu trabalho com seriedade.

Nessa perspectiva, esta pesquisa abordou-se também a inclusão e o papel da família e da escola, dando ainda ênfase ao processo ensino-aprendizagem, levando a uma reflexão da importância de o educador compreender a psicologia da aprendizagem, ou seja, do mesmo

compreender como ocorre o ensino-aprendizagem nos diferentes níveis de desenvolvimento da criança, visto que esse conhecimento possibilita uma maior adequação quanto aos métodos a serem utilizados.

No que se refere ao aluno com surdez, esse conhecimento quanto à psicologia da aprendizagem é essencial. Lembrando que o desenvolvimento humano para ser sadio deve acontecer de forma satisfatória na família, por meio do amor, afeto, proteção e segurança. Oportunizando ao educador favorecer o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e contribuir para o seu processo de inclusão, pois o mesmo será capaz de desenvolver diferentes habilidades, interagindo com seus pares.

#### 4. Referências

- ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALBRES, N. de A. **O que é a surdez?** (2009). Disponível em: <<http://aprendolibras.blogspot.com>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- BEHARES, L. E. **Novas correntes na educação do surdo: dos enfoques clínicos aos culturais**. Santa Maria, UFSM, 2000.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. (2010). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- BRASIL. MEC. **Educação Inclusiva: v.4: A Família / Coordenação Geral SEESP/MEC/ Brasília, 2004.**
- COLL, C. [et al.]. **O construtivismo na sala de aula**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- FARIA, M. C. C. S. **O direito a ser diferente em sociedade: a problemática da integração escolar**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Especial: UFSCAR, n.10, janeiro/abril, 1993.
- GOFFREDO, V. L. F. [et. al.]. **Caderno de Estudo-Educação Especial**. Rio de Janeiro, FESP, 1997.
- LINDEN, A. **Surdez**. (2001). Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- LOPES, M. C. **Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos**. In: SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LUIZ, J. da C.; FRIGHETTO, A. M.; SANTOS, J. C. dos. **A Inclusão De Aluno Surdo Na Educação Infantil**. (2013). Disponível em: <<http://faflor.com.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MEDEIROS, M. & DINIZ, D. **A nova maneira de entender a deficiência e o envelhecimento.** (2007). Disponível em: <<http://www.fraterbrasil.org.br>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MOTTA, M. G. C. [et. al.]. **Família como unidade de desenvolvimento humano e saúde.** Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá, v. 2, p. 24-27, 2003.

NOGUEIRA, A. S. & SILVA, I. R. **A construção das identidades surdas no contexto da clínica fonoaudiológica.** Revista Intercâmbio, volume XVII: 69-82. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2008.

ROSSI, T. R. F. **Brincar:** uma opção para vencer o obstáculo da interação entre mãe ouvinte/filho surdo. Campinas, SP, [s.n.], 2000.

SÁ, N. L. de. **Os Estudos Surdos.** (2006). Disponível em: <<http://docs.google.com>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

SKLIAR, C. **A surdez:** Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (org.). **Educação e exclusão:** abordagens socioantropológica em educação especial. (pp. 105-153). Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, E. & MACÊDO, J. R. **Inclusão social do surdo:** um desafio à sociedade, aos profissionais e a educação. (2002). Disponível em: <<http://www.nead.unama.br>>. Acesso em: 14 ago. 2017.